



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**IDENTIDADE NACIONAL NA CATALUNHA: TRAJETÓRIA
HISTÓRICA E O REFERENDO DE 2017**

Bárbara Rosa Marinho

Brasília – DF

2021



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**IDENTIDADE NACIONAL NA CATALUNHA: TRAJETÓRIA
HISTÓRICA E O REFERENDO DE 2017**

Bárbara Rosa Marinho

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política, sob a orientação do professor Dr. Paulo César Nascimento.

Brasília – DF

2021

BÁRBARA ROSA MARINHO

16/0002842

**IDENTIDADE NACIONAL NA CATALUNHA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O
REFERENDO DE 2017**

Monografia submetida ao Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília, sob a orientação do Professor
Dr. Paulo César Nascimento, como requisito à obtenção
do grau de bacharel em Ciência Política.

Professor Dr. Paulo César Nascimento (Universidade de Brasília)

Brasília

2021

RESUMO

No dia 1º de outubro de 2017, o Governo Regional da Catalunha realizou o referendo sobre a independência da região. Em um episódio permeado por conflitos políticos, polarização da população e fragmentação de posicionamentos partidários, 90,09% dos votos válidos disseram “Sim” à separação da Catalunha da Espanha. Em vista da emergência desta nova onda independentista, bem como da atualidade da temática no seio da política internacional, o presente projeto de pesquisa objetiva analisar as características da formação da identidade nacional desta comunidade autônoma e os processos que levaram à realização do recente referendo. Serão avaliados, ao longo do estudo, o trajeto histórico deste agrupamento, no âmbito da sensação de não-pertencimento dos cidadãos catalães; o debate entre Estado, nação e nacionalismo aplicado ao caso; as forças políticas predominantes na Espanha e na região catalã e suas influências sobre o movimento separatista; e a exposição sobre o Referendo de 2017, que se traduz no ápice da materialização política das forças independentistas regionais. Neste sentido, é pretendida a compreensão do sentimento identitário que permeia a Catalunha e suas perspectivas no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Catalunha; Espanha; Nação; Identidade nacional; Nacionalismo; Modernidade; Estado; Separatismo; Movimentos nacionalistas.

ABSTRACT

On October 1st, 2017, the Regional Government of Catalonia held a referendum about the independence of the region. In an episode permeated by political conflicts, polarization, and fragmentation of party positions, 90.09% of valid votes said "Yes" to the separation of Catalonia from Spain. In view of emergency of a new wave of independence, as well as the topicality of the theme within international politics, this research project aims to analyze the characteristics of the formation of the national identity of this autonomous community and the processes that led the execution of the recent referendum. Throughout the study, various aspects will be analyzed, such as: the historical trajectory of this group, within the scope of the feeling of non-belonging of Catalan citizens; the debate between State, nation, and nationalism, applied to the case of the region; the predominant political forces in Spain and Catalonia and their influence on the separatist movement; and the 2017 Referendum, which shows the political materialization of the regional independence forces. Thus, it is intended to understand the identity feeling that permeates this region and its perspectives in the contemporary scenario.

Keywords: Catalonia; Spain; Nation; National identity; Nationalism; Modernity; States; Separatism; Nationalist movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ERC	Esquerra Republicana de Catalunya
PIB	Produto Interno Bruto
PSOE	Partido Socialista Obrero Español
PP	Partido Popular da Espanha
CiU	Convergència i Unió
PSC	Partit dels Socialistes de Catalunya
CpC	Ciutadans pel Canvi
UDC	Unió Democràtica de Catalunya
PSC	Partit dels Socialistes de Catalunya
JxSí	Junts Pel Sí
ICV	Iniciativa per Catalunya Verds
EuiA	Esquerra Unida i Alternativa
TC	Tribunal Constitucional da Espanha
CUP	Candidatura d'Unitat Popular
TSJC	Tribunal Superior de Justiça da Catalunha

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1 A HISTÓRIA DA CATALUNHA	10
1.1 Idade Antiga e Média	10
1.2 Idade Moderna	11
1.3 Idade Contemporânea.....	13
1.4 Panorama atual: A recrudescência dos ideais independentistas	17
1.4.1 A crise de 2008: Repercussões sobre a Catalunha	17
1.4.2 Relevância econômica da região catalã.....	18
2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O NACIONALISMO	20
2.1 Nação e conceitos.....	20
2.2 Teorias do Nacionalismo.....	21
2.2.1 Ernest Gellner: A transição da sociedade agrária para a sociedade industrial	23
2.3 Jack Snyder: A influência das elites para o fomento do nacionalismo	25
3 CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DA ESPANHA E CATALUNHA E O REFERENDO DE 2017	29
3.1 Características do sistema político da Espanha.....	29
3.2 Configuração político-partidária da Comunidade Autônoma da Catalunha	30
3.1 O referendo de 2017: antecedentes, processo e consequências.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde o século XIX, o nacionalismo se apresenta como fenômeno impulsionador de importantes acontecimentos políticos nos âmbitos interno e internacional, com presença relevante no decurso das grandes guerras mundiais e em conflitos no interior de Estados nacionais. Na Espanha, país composto pela convivência de diferentes identidades socioculturais em um mesmo território - tais como a basca e catalã -, os movimentos nacionalistas adquirem relevância ao reivindicar o reconhecimento de suas tradições, língua e cultura.

Partindo desta explanação, pretende-se examinar a narrativa histórica que sustenta o nacionalismo entremeado na cultura da Catalunha (comunidade autônoma do supracitado país) e, neste sentido, investigar os motivos propulsores da realização da última consulta sobre a independência da região, encabeçada pelo governo à população local no ano de 2017.

A pesquisa em apreço parte de uma abordagem essencialmente qualitativa, por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, com o fito de angariar dados e informações suficientes para a apresentação da problemática e o seu contexto. A metodologia utilizada se fundamenta sobre a análise das principais publicações a respeito da temática estudada, garantindo a construção teórica e a validação científica desta investigação.

No primeiro capítulo, será apresentada a história da Catalunha, utilizando como ponto de partida a sintetização do escritor Toni Soler. Neste ponto, expõe-se que o povo catalão é produto da conjunção de diferentes agrupamentos populacionais que migraram para a região ao longo de vários séculos. Sua trajetória singular, quando em comparação com o restante da Espanha, acentua as diferenciações que servem de base para justificar o nacionalismo catalão, considerado periférico e regional.

Em aditamento, percebe-se a submissão formal da região à Coroa Espanhola desde a Idade Média e as tentativas de “castelhanização” desta população, em contraste às buscas de maior autonomia, de descentralização e de autogestão promovidas nestes períodos. Os acontecimentos advindos com a modernidade e o desenvolvimento da era de ouro catalã, vivenciada nos séculos XIX e XX alimentaram ainda mais o sentimento nacionalista.

No segundo capítulo, são abordadas as teorias que dissertam sobre o nacionalismo, de modo a demonstrar a inexistência de um consenso ou marco teórico sobre sua definição. Para efeitos deste trabalho, considero o fenômeno nacionalista como um princípio que busca advogar

a ligação entre a população e o Estado, por meio de uma identidade coletiva compartilhada entre seus membros.

Com vistas a respaldar a análise, são utilizados os referenciais teóricos propostos pela escola modernista, com base na exposição de Ernest Gellner, que examina a transição para uma Era do Nacionalismo, gerando o ideal de “uma cultura, um Estado”; e pela escola instrumentalista, à luz dos estudos de Jack Snyder, que discorre sobre o papel das elites para a fomentação do sentimento nacionalista.

No terceiro capítulo, será examinada a configuração das forças políticas na Catalunha, assim como a tendência ao fim do bipartidarismo e a reorganização de legendas da política espanhola nacional, de forma a compreender como os novos movimentos e líderes partidários influenciaram os acontecimentos recentes, e a relação entre o governo central da Espanha e a gestão regional catalã. Por fim, será feita a apresentação dos fatos que culminaram a realização do Referendo de 2017 e suas possíveis consequências para o Estado espanhol, a Catalunha e a comunidade internacional.

1 A HISTÓRIA DA CATALUNHA

Toni Soler (2017) apresenta a história da Catalunha de forma sintetizada, em tom humorístico e de fácil compreensão. Em seu livro, *Història de Catalunya - modèstia a part* (Columna Edicions, S.A., 1998), o autor aponta que alguns estudiosos se aventuram a estudar os possíveis vestígios e origens deste povo. Entretanto, Toni alega: os primeiros catalães não eram provenientes de Barcelona. Para sustentar sua afirmação, aduz que os “primeiros catalães” eram apenas hominídeos (cuja origem pouco se conhece), à época da pré-história, em um período em que tampouco saberiam se qualificar como pertencentes a uma nação. Deste tempo distante, o único que se pode alegar é que a Catalunha já era considerada uma terra de passagem, em vista de sua posição geoestratégica.

Com vistas a melhor compreender o cenário que expõe a emergência do movimento separatista catalão, faz-se imprescindível o resgate histórico sobre o tema. Isto é, o entendimento sobre a região como comunidade autônoma da Espanha perpassa por diversas problemáticas e contextualizações de cunho político, econômico, regional, cultural, linguístico e, inclusive, questões esportivas - as quais são objeto de análise para a compreensão da relação entre esta região e o Estado Espanhol.

A priori, é preciso compreender que a configuração da Espanha atual é um fenômeno recente: ao olhar para o passado, vê-se que este território foi comumente dividido em porções de terra menores, sob domínio de diferentes povos; posteriormente, governados em formato de reinos, até chegar, com a modernidade, ao nível de centralização no molde de um Estado-nação. Disto isto, partiremos para a análise da história da Catalunha.

1.1 Idade Antiga e Média

No século VI a.C, há a chegada de povos oriundos de variados locais da Europa, como os gregos e os fenícios - os quais contribuíram relevantemente para a construção da cultura Ibérica – e os romanos. A presença destes últimos, segundo Soler (1998), foi responsável por configurar a base da personalidade catalã, influenciando a religião, o direito, a estrutura do território, as atividades econômicas e introduzindo o latim. Com a decadência do Império Romano, todavia, novos povos bárbaros adentraram a região, como os visigodos e árabes¹.

¹ A influência dos povos romanos deixou uma marca para o resto da história da região catalã; no mesmo sentido, os outros grupos também impactaram a construção da base identitária desta população.

Posteriormente, no século VIII, com o fito de frear a expansão do povo árabe na Espanha, o imperador Carlos Magno criou a “Marca Hispânica”, libertando parte da região da Catalunha do domínio árabe, enquanto o resto da Espanha ainda se encontrava dominada. Neste momento, as diferenças entre a população catalã do restante dos povoados “espanhóis” começam a se delinear com maior expressão, tendo em vista, ainda, a influência dos francos em sua cultura.

Já no século X, com o início do Reino de Aragão, a Catalunha passou a adquirir maior estruturação social e de suas instituições, o que lhe garantiu uma autogestão cada vez mais sólida. A partir de então, a história mostrará uma progressiva luta pela manutenção de sua independência administrativa, fato este que persiste até os dias atuais. Assim, já é possível compreender a alegação do escritor Eduardo Mendonza (2018) de que a Catalunha contemporânea é resultado dos processos históricos vivenciados por seu povo e por seu território em tempos passados.

Durante os anos posteriores, vários foram os episódios que fomentaram a identidade nacional deste povo: a Guerra dos Segadores, no século XVII, em que os catalães lutaram por 12 anos contra a política absolutista do conde duque de Olivares; a Guerra de Sucessão da Espanha, na qual foram derrotados no dia 11 de setembro de 1714 (Dia Nacional da Catalunha) e tiveram suas instituições, leis e língua suprimidas pelo monarca borbônico; a consolidação da República da Espanha, período em que foi aprovado o *Estatut D'autonomia da Catalunya* (1932); a ditadura encabeçada por Francisco Franco (1939-1975), que reprimiu sua cultura e expressão; e o recente processo de Referendo, no ano de 2017, advogando pela independência.

1.2 Idade Moderna

O século XVII é marcado pela emergência de uma série de conflitos na Europa, bem como pela instauração de governos centralizadores e monarquias absolutistas. Dentre os conflitos mais relevantes deste período para a história catalã, cumpre destacar a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), no âmbito da rivalidade entre a França e a Espanha, que travaram uma luta em torno da conquista de territórios europeus. Isto porque, no seio desta disputa, se desencadeará a Guerra dos Segadores (1640-1652), considerada um expoente do enfrentamento por sua autonomia, tendo inspirado, inclusive, o hino *Els Segadors*, oficializado pela *Generalitat* em 1993 (MATOS; SANT'ANNA, 2018: 562):

Os Segadores - Francesc Alió (1892)

Catalunha, triunfante, voltará a ser rica e grande.

Atrás desta gente tão ufana e tão soberba.

Que trema o inimigo

ao ver a nossa bandeira.

Bom golpe de foice!

Bom golpe de foice, defensores da terra!

A revolta de 1640 - como também é conhecida a Guerra dos Segadores - se deu em meio a uma série de percalços nos quais a população desta região estava inserida. A Coroa Espanhola enfrentava uma nova recessão econômica e, com isto, decidiu reduzir os reinos que a compunham, de modo a gerar uma maior arrecadação de impostos ao governo central. Desta forma, a raiz do conflito é comumente enquadrada pela rejeição da população catalã à política absolutista do Conde Olivares (SOLER, 1998: 148-152) e, posteriormente, pela objeção à presença das tropas castelhanas em sua região.

No decurso da disputa territorial entre França e Espanha, o reino francês dominou a região da Catalunha por 12 anos. A Guerra dos Trinta Anos findou com a assinatura dos Tratados de Vestfália (1648), considerado um marco das relações internacionais. Por fim, com o desinteresse e a conseguinte renúncia da França às terras catalãs (embora esta tenha garantido para si os territórios de Rosellón e Cerdaña), em 1652 a região voltou a fazer parte do reino espanhol, sendo derrotada em suas ambições de não se submeter ao controle da Coroa Espanhola (MARQUES, 2017: 23).

O levante de 1640 é visto a partir do espectro da emergência catalã para a defesa de suas liberdades e sua Constituição, ao passo que demonstra uma organização popular que promove, na região, uma crise de cunho político, civil e institucional. Albaladejo (1997) busca analisar um possível “patriotismo” dos povos durante o conflito. Em síntese, o autor alega que havia, na verdade, uma série de desacordos e tensões internas entre os catalães, de forma que estes não expunham uma unidade tão uniforme quanto apontada por alguns escritos sobre a guerra. Todavia, são inegáveis as consequências e os rastros deste acontecimento para o fomento do movimento nacionalista.

Outro importante conflito é a Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714), produto da disputa dos Bourbons e dos Habsburgos pelo trono espanhol, que abrangeu grande parte das nações europeias ocidentais, movidas por diferentes interesses (FURTADO, 2011: 69). Com a

morte do último rei Habsburgo da Espanha, Carlos II (1665-1700), que não deixou herdeiros, foram abertas as discussões sobre quem sucederia a Coroa Espanhola - Felipe V de Bourbon (neto de Luís XIV da França) ou o arquiduque Carlos D'Austria.

Este último possuía o apoio de todos os inimigos tradicionais da França, como a Inglaterra, Portugal, Holanda e a Áustria, que conjuntamente formaram a Grande Aliança, à qual a *Generalitat* se integrou em 1705 (SOLER, 1998). Ou seja, a Catalunha apoiou a permanência dos Habsburgo no poder, temendo possíveis pretensões centralizadoras e absolutistas por parte dos Bourbons.

Felipe V se tornou rei, mas enfrentou a Grande Aliança que não aceitava o seu governo. Em 1711, com a morte prematura do imperador da Áustria, o arquiduque Carlos assume a coroa imperial desta nação e a aliança entre as grandes potências se desfaz. Dois anos após, soldados franceses e catalães entram em confronto armado com o exército castelhano, em uma disputa que se prolongou por 13 meses. O resultado do conflito, no dia 11 de setembro de 1714, foi uma derrota sangrenta da Catalunha e a tomada de Barcelona pelas tropas espanholas. Esta data foi proclamada como o Dia Nacional da Catalunha (ou Diada, como é conhecida) no ano de 1980.

A ascensão do novo monarca bourbônico ao trono representa um período de repressão às tradições catalãs – as instituições políticas são abolidas, o uso da língua passa a ser permitido apenas no campo familiar e a região é definitivamente integrada à Espanha (CARVALHO, B., 2008: 28-29). Em síntese, política encabeçada pela monarquia bourbônica não se tratava apenas de um projeto centralizador, mas sim uma engrenagem repressiva que objetivava tornar a população castelhanizada (SOLER, 1998: 170).

1.3 Idade Contemporânea

O período que sucede a Guerra de Sucessão Espanhola demonstra a era de ouro da Catalunha. Entre os séculos XIX e XX, foi visto um crescimento econômico distintivo, impulsionado em grande parte pelas elites locais, o que gerou, ainda, aumento dos pequenos e médios negócios, ampliando a classe média (Idem: 2008). Neste momento, é desenvolvida a atividade mercantil, há a expansão da agricultura e o crescimento da exportação, além de ganharem relevância as indústrias têxteis e siderúrgica. Também nesta época, é instaurada a 1ª República Espanhola (1873-1874), que logo foi derrubada pela restauração bourbônica.

Ganham força, neste ínterim, os projetos nacionalistas espanhóis, que buscavam criar uma identidade nacional homogênea (CARVALHO, L. 2015: 71-74).

A perda das colônias de Cuba e Filipinas, em 1898, entretanto, abalam a construção de um sentimento imperialista espanhol e atrapalham a consolidação do projeto de homogeneização nacional (Idem: 74). Neste cenário, entre as décadas de 1880 a 1910, o catalanismo ganha força no sistema partidário. Embora ainda não pretendesse o separatismo, o movimento, convertido posteriormente em um fenômeno das massas, solicitava o reconhecimento de um estatuto de autonomia e uma maior influência sobre o governo central espanhol.

Pouco tempo após, há a instauração da 2ª República (1931-1936), logo afetada pelos conflitos internos que se desenrolam no território espanhol. O catalanismo deixara de ter um caráter essencialmente burguês e se alastrara pela população (grande parte, devido à movimentação da esquerda em torno do tema). Nas eleições municipais de 1931, Francesco Macià, líder do partido Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), proclamou a “República Catalã integrada à Federação das Repúblicas Ibéricas” (SOLER, 1998: 2016). A declaração não foi encarada de forma positiva pelo governo central em Madri.

Posteriormente à aprovação da Constituição republicana nacional, os políticos e juristas de Barcelona redigiram um estatuto de autonomia para a Catalunha, garantindo poderes exclusivos para a *Generalitat* – a medida foi votada em referendo, com aprovação de 99% da população. Ao chegar ao Parlamento Republicano Nacional, o texto foi amplamente modificado, embora ainda contivesse algumas partes positivas – neste momento, o catalão voltou a ser a língua oficial da região, desde 1714 (Idem: 216-217).

A insatisfação dos setores conservadores com o novo regime e as políticas progressistas que se desenhavam era latente. Diante desta conjuntura, a Guerra Civil Espanhola é despertada pela polarização social que a Segunda República não foi capaz de impedir. No dia 18 de julho de 1936, o general Francisco Franco, apoiado pela direita e por setores conservadores e militares, realiza um golpe militar mal sucedido para tomar o poder do governo legitimamente eleito. Nessa seara, a Espanha se vê em meio a uma guerra civil entre lados opostos, que finda em 1939, com a vitória franquista.

O regime de Franco (1939-1975) fundamentou-se sobre um discurso nacionalista hegemônico, indo contra os movimentos separatistas e a propagação de ideias comunistas (CARVALHO, L. 2015: 77). Montserrat Guibernau (2004) alega que o ditador implementou

uma forte política de nacionalização, garantindo o controle sobre a mídia, a educação, as elites e a burocracia. O autoritarismo, a ausência de liberdade de expressão e a expansão de um catolicismo ultraconservador também são traços de sua gestão.

No âmbito deste projeto nacional de homogeneização, Franco suprimiu as instituições políticas catalãs e todos os elementos simbólicos de sua cultura – da bandeira ao hino nacional. Esta repressão extrema às expressões singulares, acabou por, na verdade, fomentar o sentimento nacionalismo das minorias. Segundo Guibernau (2004), uma consequência inesperada quando um Estado visa minar identidades minoritárias, é justamente, o fortalecimento destas.

A teórica realiza, ainda, um estudo do processo cultural de resistência que propiciou a sobrevivência do nacionalismo catalão no regime de Franco. Com a repressão, a maioria dos catalães se encontravam em uma resistência passiva, em meio ao sentimento compartilhado de opressão coletiva e perigo. A burguesia, no entanto, não se opôs à Ditadura, pois esta protegia seus interesses econômicos. Em alguns círculos intelectuais e no campo doméstico, sua língua e cultura eram preservadas, contribuindo para a resistência diante de um cenário repressivo (GUIBERNAU, 2004: 50-52).

Dentre as consequências do autoritarismo ditatorial para a região, cabe listar, internamente, os líderes políticos exilados, presos, torturados e mortos; a abolição do Estatuto de Autonomia, aprovado na progressista 2ª República; e a emergência de grupos de resistência e organização popular (secretos, em sua maioria). Internacionalmente, Franco legitimava seu regime frente aos Estados ocidentais e angariava apoio norte-americano por se posicionar contra o avanço do comunismo.

Ao início, a pretensão dos opositores ao regime franquista era a volta da República, a restauração da democracia e a autonomia regional. Posteriormente, com o fortalecimento do regime, novas formas de resistência foram vistas – como a guerrilha (realizada por um número pequeno de grupos) e, sobretudo, a resistência cultural. Esta última, no âmbito da esfera pública, é classificada por Guibernau (2004) em 4 tipos: (1) *ação simbólica* – como a pintura de grafites antifranquistas e a exposição da bandeira catalã; (2) *ação de interferência* – ações arriscadas de pequenos grupos exercidas em eventos públicos do regime; (3) *ação da elite* – práticas da elite intelectual para cultivar e preservar a cultura catalã, que tiveram grande auxílio da igreja e da universidade; e (4) *ação solidária* – práticas que objetivavam atrair uma mobilização das massas.

Com a morte do ditador Francisco Franco, em 1975, houve um processo de transição para a redemocratização do Estado. Foi então instaurado o regime de monarquia parlamentarista como forma de governo do País. A transição formal ocorreu por meio da aprovação da Constituição de 1978, que instituiu o novo ordenamento jurídico nacional, garantindo a amplificação de direitos, inclusive para as comunidades autônomas.

Esta característica é essencialmente importante, pois, ao garantir um Estatuto especial a estas regiões, a nova Carta espanhola trouxe a materialização política e institucional de identidades nacionais até então suprimidas durante a ditadura de Franco. Nessa conjuntura, movimentos históricos, como o catalão, passaram a adquirir uma “base institucional fundamental para a recuperação das respectivas identidades nacionais” (ROMÃO, 2015: 88).

A Constituição de 1978 define que a Espanha é um Estado Social e Democrático de Direito, sob a forma de Monarquia Parlamentarista, cuja língua oficial é o castelhano e a capital, Madri. O Estado é organizado territorialmente em municípios, províncias e comunidades autônomas - sendo que todos estes entes gozam de autonomia para a gestão de seus interesses (Art. 137). São, ao todo, 17 comunidades autônomas, que gerem 50 províncias e, ainda, duas cidades autônomas, Ceuta e Melilha (ICEX, 2016).

Assim, com a mudança do regime de governo, houve o reconhecimento das diversidades que compõem o Estado Espanhol. Isto é, o teor autoritário e homogeneizador fora substituído pela integração das singularidades. Nesse cenário, as liberdades individuais e coletivas são restauradas e os direitos à cidadania, participação, reunião e associação, bem como do exercício da democracia, são retomados. Um novo panorama é aberto na Espanha, visando a coexistência de grupos minoritários e das diferentes identidades culturais de forma pacífica no interior do Estado. Dentre algumas das principais contribuições da Constituição para o reconhecimento institucional, cultural e político da região das comunidades autônomas, cumpre sobrelevar os seguintes artigos:

Constitución Española (1978)

Artículo 3, §3°. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.

Artículo 143, §1°. En el ejercicio del derecho a la autonomía reconocido en el artículo 2 de la Constitución, las provincias limítrofes con características históricas, culturales y económicas comunes, los territorios insulares y las provincias con entidad regional histórica podrán acceder a su autogobierno y constituirse en Comunidades Autónomas con arreglo a lo previsto en este Título y en los respectivos Estatutos

Conforme exposto acima, as comunidades autônomas começam a ter o direito de elaborar seus Estatutos. Neste sentido, em 1979 é promulgado, em formato de lei orgânica, o ‘Estatut d’Autonomia de Catalunya’. No ano de 2006, todavia, os cidadãos aprovaram, por meio de referendo, um novo estatuto. Esta é a norma principal do ordenamento jurídico regional, que estabelece a Comunidade Autônoma do Estado da Espanha, governada pela *Generalitat* (sistema político-institucional), cuja língua oficial é o Catalão e a capital, Barcelona.

Assim sendo, finda a ditadura, a Espanha vivenciou um período de maior integração às instituições europeias e abertura às diversidades regionais internas. No mesmo sentido, o caráter centralista do governo anterior fora deslocado para o passado, acarretando uma nova distribuição de competências às províncias e municípios espanhóis, dentre estes, a própria Catalunha. O cenário atual, entretanto, demonstra uma reorganização de forças políticas internas, que são diretamente influenciadas - ao passo que, conjuntamente exercem influência - sobre a região catalã, o que será avaliado posteriormente.

1.4 Panorama atual: A recrudescência dos ideais independentistas

1.4.1 A crise de 2008: Repercussões sobre a Catalunha

Com a crise mundial de 2008 - comumente assimilada como o *crack* da Bolsa de Nova York -, diversas nações entraram em um estado de recessão econômica e, com a Espanha, não foi diferente. Nesse contexto, Artur Mas foi eleito Presidente da Generalitat da Catalunha (2010-2016), tendo de lidar com uma gestão de crises desde o início de seu mandato. Com a insatisfação da população, eclodiram manifestações populares que acusavam o Estado de arrastar a região para a crise, em vista da injustiça do sistema fiscal imposto.

O discurso nacionalista contemporâneo é embasado, em grande medida, sobre as políticas fiscais encabeçadas pelo governo central espanhol, as quais, na teoria, captam muitos recursos da região, sem revertê-los na mesma proporção. Essa ideia ganhou ainda mais força no ano de 2012, pois a Catalunha teve de solicitar auxílio financeiro ao Estado devido à sua situação financeira enfraquecida – o que gerou revolta da população em vista da controvérsia estabelecida: se a região é a que mais contribui tributariamente, não deveria pedir ajuda. Os cidadãos consideravam que o capital que solicitaram do governo central era, na verdade, deles: fruto de suas contribuições em impostos e demais taxações (CARVALHO, L., 2015: 142-146).

Em um ambiente de insatisfação popular geral, é somado o fato de o parlamento recém-eleito ter aprovado, em janeiro de 2012, a “Declaração de Soberania e do Direito de Decidir do

Povo da Catalunha” – que foi encarada à vista da inconstitucionalidade pelo governo central. A junção destes episódios influenciou o Dia Nacional da Catalunha (Diada) de 2012, no qual milhares de pessoas marcharam pela independência, classificada como a maior manifestação política de toda a história da região.

O debate jurídico sobre o direito de decidir emergiu nesse período e se estende até os dias atuais. Em 2014, o Parlamento da região aprovou uma Lei sobre Consultas e Participação, objetivando abrir uma consulta à população (NAVARRO; CORREDOR, 2017: 5-7). A decisão foi encarada de forma negativa pelo governo central – todavia, mesmo diante disso, a consulta organizada pelo governo regional e organizações separatistas foi realizada. Foram feitas as perguntas aos cidadãos: 1. *“Você quer que a Catalunha seja um Estado?”* e 2. *“Se sim, você quer que seja independente?”*. De acordo com o Relatório apresentado pela Generalitat, 2.305.290 pessoas participaram do referendo (cerca de 27% da população), sendo que 80,76% dos eleitores responderam sim às duas perguntas.

À luz do explicitado, resta também sinalar algumas das principais justificativas da ala pró-independência e da população favorável à desanexação, como a necessidade de modificação legislativa da Constituição, pois, assim como a sociedade evolui, as leis devem acompanhar esta progressão; a má distribuição de riqueza empenhada pelo governo central para as comunidades autônomas, de forma que a Catalunha é deixada em uma situação de déficit financeiro em razão das políticas fiscais má elaboradas; e a acusação de que a Espanha retirou-lhes o direito do voto ao não permitir as consultas sobre o futuro da região (MARDEGÁIN, 2020)

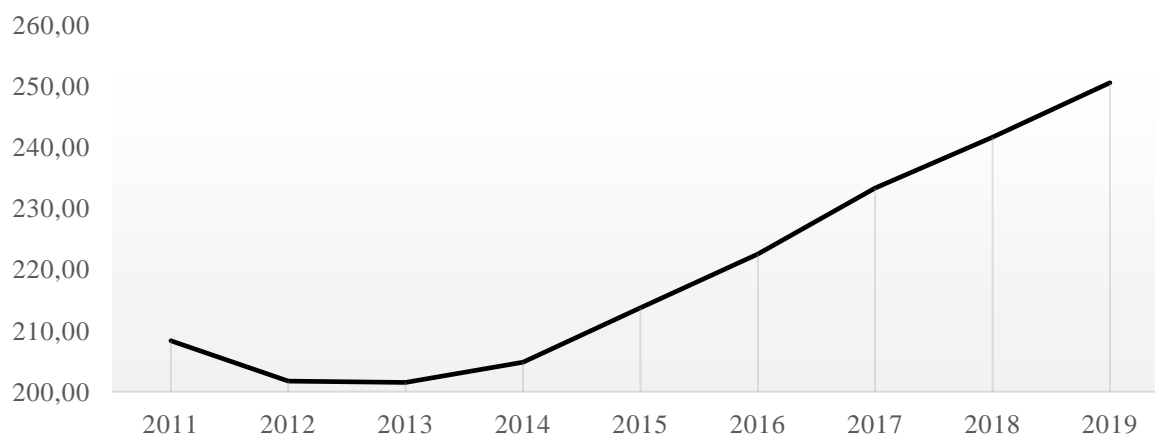
Em meio a um ambiente em que as forças separatistas ganham forte caráter político e interagem com o sistema partidário, as ideias nacionalistas têm ganhado, paulatinamente, maior adesão da população e maior representatividade nos parlamentos nacional e regional. Esse contexto propiciou o recente ápice da materialização política do nacionalismo catalão – o Referendo pela Independência, no ano de 2017.

1.4.2 Relevância econômica da região catalã

De acordo com relatório publicado pela Generalitat em novembro de 2020, a população catalã é de aproximadamente 7,6 milhões de habitantes (2019), o que corresponde a 16,7% da população espanhola. O Produto Interno Bruto (PIB) da região é de 250.597 milhões de euros - cerca de 20,1% de toda a Espanha. Os principais setores que compõem o PIB são o de Serviços (74,4%), seguido pela Indústria (19,3%) e a Agricultura (0,9%). Conforme passível de

observação no gráfico abaixo, a região apresentou baixa do índice durante os anos de 2012 e 2013 – que representam, conforme analisado anteriormente, um período de recessão econômica pós crise de 2008, bem como de crise política. A partir de 2014, a região começa a se recuperar, apresentando aumento progressivo de suas arrecadações e produções (GENERALITAT, 2020).

Figura 1 – PIB da Catalunha – 2010 a 2019 (em milhões)



Fonte: Instituto de Estadística de Catalunya (2020). Elaboração própria.

Nos últimos anos, a capital Barcelona se transformou em um centro econômico e tecnológico na cena europeia ocidental. A cidade é também um polo comercial, de cultura, serviços e turismo. A Catalunha, de forma geral, possui uma base exportadora diversificada e competitiva - com foco sobre bens de consumo, alimentação, semimanufaturados, produtos energéticos e matérias primas. Ademais, seu posicionamento geoestratégico permite trocas mais facilitadas com o Mediterrâneo, a Europa Continental e a Ásia.

Após 2014, é visto também um crescimento no número de empresas na região (atualmente, o número é de 89 empresas a cada 100 habitantes), bem como da taxa de atividade empreendedora, que está no nível de 7,1% - maior do que da Espanha (6,4%), Itália (4,2%), Alemanha (5,0%) e França (6,1%), a exemplo (GENERALITAT, 2020). Em síntese, a Catalunha tem apresentado um crescimento econômico substancial, o que reflete, também, em sua influência regional e sobre o Estado espanhol, além de ser um fator considerável para este movimento separatista fundamentado na “glória e prosperidade” de seu povo.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O NACIONALISMO

2.1 Nação e conceitos

A busca por uma definição do termo “nação” ganhou relevo teórico ao emergir como assunto abordado por estudiosos do campo das ciências humanas e sociais, sobretudo a partir de meados do século XX. A etimologia da palavra *natio* diz respeito ao compartilhamento de uma mesma territorialidade e à existência de laços de sangue em comum (NASCIMENTO, 2003). A compreensão de sua significação e simbologia é um fenômeno moderno. Desta forma, para o entendimento do que é nacionalismo, faz-se imprescindível um breve resgate do debate que circunda o conceito de nação.

Benedict Anderson (1936-2015), historiador e cientista político estadunidense, alega que a nação é uma “comunidade política imaginada”, sendo esta inerentemente limitada e soberana (ANDERSON, 2008: 32). É uma comunidade por agregar indivíduos em diferentes posições em torno de um projeto comum. Imaginada por existir no imaginário de cada cidadão e seus membros nunca conhecerem todos os demais. Limitada por possuir fronteiras e territórios definidos e, por fim, soberana por ser livre frente a outras fontes de dominação.

O historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) na obra *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade* (Editora Paz e Terra, 1990) discorre, também, sobre a nação - cujo significado em sentido moderno e político é bastante recente -, qualificando-a como “um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado, concebido como sua expressão política” (HOBSBAWM, 1990: 31). A nação se torna vinculada ao território e, neste contexto, os Estados-nação são consequências práticas da autodeterminação popular.

De acordo com o livro *O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão: Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI* (Editora Funag, 2015), de autoria do diplomata Luís Fernando de Carvalho, o debate sobre a origem da nação pode ser dividido em 5 (cinco) escolas: a primordialista, a perenialista, a etno-simbolista, a modernista e a pós-modernista.

A escola primordialista defende a nação como inerente e natural, remontando ao início da civilização. Os perenialistas acreditam na modernidade do nacionalismo, mas veem o surgimento da nação como um passado distante, a partir da formação de grupos etnoculturais que adquirem caráter político posteriormente. Os modernistas, por outro lado, afirmam que as

nações são produto da modernidade, criação política e social não natural, fruto da vontade de elites (e do Estado) que se utilizam da memória de forma seletiva, para atender a seus interesses. Os pós-modernistas argumentam que “as identidades nacionais fragmentam-se e perdem legitimidade com o processo de globalização, no âmbito do qual novas identidades pós-nacionais estariam surgindo” (CARVALHO, 2006: 23). Os etno-simbolistas focam em elementos subjetivos e pré-modernos que compõem a formação da nação, mas sem negar sua modernidade.

Deste modo, é fato que, antes do século XVIII, existiam sentimentos de lealdade, patriotismo e servidão ao grupamento a que os indivíduos pertenciam. Não havia, todavia, a concepção de nação como atualmente é conhecida. No mesmo sentido, o Estado-nação é um fenômeno moderno, surgido neste período (Idem: 25). Isto reafirma, a exemplo, a visão de Ernest Gellner de que a nação não é algo natural, que sempre existiu - essa, na verdade, foi construída pelo meio social.

Martin Adamec (2014) ressalta que, até o século XIX, apenas aqueles que integravam as elites de determinado contexto político-geográfico eram pertencentes a uma nação. Essa concepção foi sendo modificada ao longo do tempo, pois, à medida que os direitos vinculados à nação se expandiram, os cidadãos foram progressivamente englobados ao seu interior. Neste ínterim, a vinculação entre os traços étnico-culturais e a nação tornou-se mais presente - ou seja, uma nação passa a existir para proteger a sua cultura e suas tradições (sua “nacionalidade”).

A perspectiva contemporânea admite que tais identidades podem ou não formar uma nação - sendo possível a existência de variadas formas de expressão cultural e identitária dentro de uma só comunidade nacional (Idem: 8). Essa exposição corrobora a visão de Nascimento, admitindo que Estados-nações são comumente heterogêneos - ou seja, compostos por variadas etnias e grupamentos com diferentes tradições e crença, sendo que muitas vezes “a(s) nação(ões) se desvincula do Estado” (NASCIMENTO, 2003: 35). Em síntese, este contexto, no qual grupamentos não se sentem representados pelo Estado-nação a que pertencem, se demonstra propício à emergência de ideias de cunho nacionalista.

2.2 Teorias do Nacionalismo

O nacionalismo tem se demonstrado como força política de relevância, nos âmbitos interno e internacional, desde o século XIX. Embora não seja possível apontar com exatidão uma definição sobre este fenômeno - em vista de suas múltiplas interpretações e

conceitualizações -, é cabível compreendê-lo como um princípio que visa estabelecer uma ligação entre os indivíduos e o Estado, por meio de uma identidade coletiva compartilhada por seus cidadãos. A própria etimologia das palavras “nação” (*natio*) e “nacionalismo” demonstra mudança em sua significação ao longo da história, conforme a vida social e as relações político-institucionais foram se modificando.

Paulo Nascimento (2003) e Martin Adamec (2014), no seio desta discussão, reiteram a inexistência de uma figura acadêmica dominante ou mesmo de um marco teórico em comum sobre o nacionalismo - sendo necessário, portanto, o exame dos variados estudos empreendidos por atores que buscam interpretar as ligações entre Estado, nação e nacionalismo, bem como as experiências históricas a que estes recorrem.

Nascimento (2003) realiza uma exposição sistematizada sobre as principais escolas teóricas do nacionalismo, sendo estas: (i) modernista/construtivista; (ii) instrumentalista/elitista (linha proveniente do pensamento modernista); e (iii) primordialista. Em primeiro plano, vale pontuar a corrente modernista, composta por aqueles que advogam o nacionalismo como consequência direta da Era Moderna e seus acontecimentos históricos - tais como o Iluminismo e a Revolução Francesa.

Na escola supramencionada, sobleva-se a presença de expoentes como Eric Hobsbawm (1917-2012), que admite as nações como construções humanas e sociais e Ernest Gellner (1925-1995), o qual assimila a passagem da sociedade agrária para a industrial como fonte primária do surgimento do nacionalismo e considera este fenômeno como a congruência entre a unidade política (o Estado) e a unidade cultural (a nação).

Em seguida, os instrumentalistas, também no âmbito da escola moderna, creem no caráter manipulador do nacionalismo, fomentado por elites que incitam os movimentos, dirigindo-os contra seus oponentes. Neste sentido, os ápices de acontecimentos nacionalistas são tidos como resultado da movimentação destes grupos, que visam alcançar objetivos para a manutenção de seu *status quo*.

Já para os primordialistas, a nação é tida como algo natural e intrínseco à sociedade, que sempre existiu. Com base nas ideias do antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006), há “sentimentos primordiais”, de ordens diversas - psicológica, racial, étnica, religiosa, dentre outras -, responsáveis por estabelecer ligações e identidades que unem as sociedades antecedentes às nações (Idem: 38-39).

Embora não existam de forma pura, é possível classificar o nacionalismo nos tipos: (i) cívico, fundamentado em um teor jurídico-político de adesão aos ideais pregados, tendo como exemplos clássicos a França e os Estados Unidos da América; e (ii) étnico, o qual é mais centrado em questões como a cultura, a língua, a raça e as tradições, com um pertencimento involuntário por parte dos membros (CARVALHO, L., 2006).

Para Liah Greenfeld, o nacionalismo do tipo étnico é, naturalmente, “excludente e coletivista”, o que tende a gerar posicionamentos xenofóbicos e autoritários. Já Nielsen e Will Kymlicka defendem a impossibilidade de existir um nacionalismo cívico estritamente político, sem influência do meio cultural que o cerca. Para além, esta dicotomia conceitual se demonstra de certa forma simplista, não sendo possível encontrar Estados que operem com um só tipo de nacionalismo em sua forma pura (NASCIMENTO, 2003).

Isto posto, com o fito de analisar o caso do nacionalismo na região da Catalunha, serão tidas como base deste estudo a visão de Ernest Gellner, que disserta sobre a emergência do nacionalismo por meio das modificações advindas com a modernidade e as ideias de Jack Snyder, no que tange à influência das elites para a exacerbação do sentimento nacionalista, conforme exposto a seguir.

2.2.1 Ernest Gellner: A transição da sociedade agrária para a sociedade industrial

Ernest André Gellner (1925-1995) foi um teórico da sociedade moderna e precursor dos estudos sobre o nacionalismo. De origem tcheco-judaica, nasceu em Praga e se naturalizou britânico. Foi professor na *London School of Economics* e na Universidade de Cambridge, além de líder fundador do Centro Para o Estudo do Nacionalismo, em Praga. A obra *Nations and Nationalism* (Cornell University Press, 1993) apresenta sua teoria a respeito do nacionalismo. Ao dissertar sobre a passagem da sociedade agrária para a industrial, o autor aponta os fundamentos necessários para a formação de uma nação, expondo a transição para uma Era do Nacionalismo.

Com vistas a ilustrar o modelo teórico de Gellner, será apresentada a análise de Gopal Balakrishnan (1966-) em seu livro *Um Mapa da Questão Nacional* (Editora Contraponto, 1996). Gellner divide as sociedades em dois tipos: agrária ou agro-letrada e industrial. Esta primeira é caracterizada pelo uso extensivo da agricultura e a existência de uma tecnologia estável, com baixo nível de inovações. Há coadjuvação entre os recursos naturais e a sociedade,

além de valorização da hierarquia, do status e da posição social. Um de seus princípios é a nobreza, bem como a valorização da vocação militar e da prole (BALAKRISHNAN, 1996: 108-110). Tal sistema se mantém por meio da coerção e da aceitação, em concomitância.

Importante considerar, ainda, o uso da escrita como forma de diferenciar as pessoas e suas posições sociais nesta sociedade - não há, portanto, amplo acesso e universalização da educação e das práticas de ensino formais. Este recurso é limitado a uma pequena parte de indivíduos, os quais são pertencentes a classes mais privilegiadas e criam uma cultura “superior”. O restante da população apresenta uma cultura visivelmente diferente das classes mais nobres e isto é, sobretudo, o que diferencia e separa estes grupos (Idem: 111-112).

A uniformidade das culturas e a busca pela homogeneização de comportamentos e estilos de vida não é algo almejado nesta sociedade. Os governantes são mais favorecidos ao, na realidade, promover a diversidade entre os seus súditos. Conforme Balakrishnan (1996: 113), “na sociedade agrária, a cultura mais separa do que unifica”.

Por outro lado, a sociedade industrial se baseia sobre a progressiva inovação e o crescimento dos recursos produtivos. É pautada em relações interpessoais anônimas, com o uso expressivo e contínuo de dispositivos de tecnologia. Os princípios legitimadores de sua ordem social são o crescimento econômico e a nacionalidade. Neste contexto, surge um sistema universal de comunicação - uma cultura amplamente difundida e compreensível entre as pessoas residentes em lugares geograficamente distantes e culturalmente distintos. Há uma esquematização padronizada de novas simbologias e significações, de maneira que a educação formal (obtida nas escolas) prepara os indivíduos dessa sociedade para seus futuros ofícios e papéis sociais (Idem: 115-117).

A teoria de Gellner se sustenta, então, na transição da sociedade agrária para o tipo industrial - sendo que, neste lapso temporal, as ideias de cunho nacionalista emergem e tomam força. Este decurso pode ser dividido em alguns estágios: inicialmente, à época da Revolução Francesa e do Iluminismo, é visível uma tendência à unificação monárquica: as nações ainda não existiam e, conseqüentemente, não eram levadas em conta na demarcação das fronteiras. Posteriormente, os séculos XIX e XX marcam o início de uma era do nacionalismo, em que há a implementação do ideal “uma cultura, um Estado”.

Com o fim da II Guerra Mundial, visualiza-se, também, um momento de reorganização territorial do mapa europeu-ocidental, em que há a busca por uma congruência entre as fronteiras linguísticas-culturais e as políticas. Essa congruência foi adquirida por meio de diversos processos, como, a título de ilustração: a aquisição de cultura de forma compulsória ou espontânea; a tentativa de aniquilação de indivíduos considerados não pertencentes à determinada cultura, como ocorreu, por exemplo, no caso do nazismo; o deslocamento de pessoas para outros locais; e a organização de fronteiras de modo a agregar grupos com culturas parecidas em um Estado.

Para que funcione de forma ordeira, o Estado é responsável por promover a homogeneização dos padrões culturais e de comportamentos nesta sociedade. A existência de subculturas é danosa à manutenção do *status quo*. O nacionalismo desempenha, aqui, papel impreterível à existência e perpetuação da sociedade industrial - sendo a base de sua fundamentação e legitimação.

2.3 Jack Snyder: A influência das elites para o fomento do nacionalismo

Jack Lewis Snyder (1951-) é um cientista político norte-americano e professor de Relações Internacionais na *Columbia University*, cuja principal área de pesquisa reside no estudo da ligação entre violência e governo. Em sua obra *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict* (New York: Norton, 2000), o autor busca debater os motivos de os processos de democratização causarem ou não conflitos nacionalistas e étnicos, trazendo, ao final, uma prescrição de caminhos para tornar estas transições menos perigosas.

Snyder compartilha da visão de Gellner sobre o nacionalismo, compreendido como uma reação às mudanças sociais advindas da era moderna. Este fenômeno busca a conformidade entre o Estado - organização que exerce soberania sobre um território - e a nação - grupo que compartilha uma cultura em comum. Neste sentido, é válido citar o movimento nacionalista da Catalunha, que nos últimos anos tem tido como principal objetivo a aquisição de um Estado que comporte suas distinções culturais.

O teórico, no entanto, considera reducionista a interpretação do nacionalismo apenas em termos de cultura compartilhada, porque esta deixa de fora questões como a lealdade às instituições políticas, a busca por direitos e o sentimento de superioridade cultural, por exemplo.

Deste modo, expandindo a definição de Gellner, o cientista político apresenta seu entendimento sobre o nacionalismo e a nação:

“Defino nacionalismo, portanto, como a doutrina cujo povo que se considera distinto em sua cultura, história, instituições ou princípios deve governar-se em um sistema político que expressa e protege essas características distintivas. Uma nação é, desta forma, um grupo de pessoas que se consideram distintas nesses termos e que aspiram ao autogoverno. O conflito nacionalista é definido como violência organizada em grande escala, motivada ou justificada por uma doutrina nacionalista”. (SNYDER, 2000: 23, tradução livre).²

Por sua definição, nem todos os grupos étnicos constituem uma nação e nem todas as nações são grupos étnicos. Dessarte, a etnicidade não pressupõe a necessidade de autogoverno. No mesmo sentido, os conflitos étnicos somente envolvem o nacionalismo caso haja a pretensão de se estabelecer uma gestão própria por parte deste grupo.

A ideia central proposta em seu livro constitui um paradoxo, como o próprio autor afirma. Por um lado, é possível que uma era mais pacífica no mundo seja produto do sucesso de uma revolução liberal-democrática ocorrida a nível global. Por outro, a transição para a condição de democracia foi responsável por criar, em muitos casos, condições férteis para o desenvolvimento do nacionalismo e para a ocorrência de conflitos étnicos. Assim, um dos encargos prioritários da comunidade internacional é justamente conseguir distinguir as circunstâncias que tornam segura a transição para a liberal-democracia daquelas que, ao contrário, geram conflitos, guerras e exacerbação dos sentimentos nacionalistas e étnicos (Idem: 20-21).

O período após a queda do Muro de Berlim e a Guerra Fria apresenta características políticas comuns ao redor de variados países no mundo, tendo em vista que governos ditatoriais e autoritários perdiam força enquanto a democratização ganhava força na América Latina, na Europa ocidental e oriental e, inclusive, em partes da Ásia. Nessa conjuntura, a adoção à economia de mercado, a interdependência econômica entre os Estados, a popularização de uma cultura de massa e o fortalecimento do liberalismo já se tornavam fenômenos globais (Idem: 16).

² “I define nationalism, therefore, as the doctrine that a people who see themselves as distinct in their culture, history, institutions or principles should rule themselves in a political system that expresses and protects those distinctive characteristics. A nation is, therefore, a group of people who see themselves as distinct in these terms and who aspire to self-rule. Nationalist conflict is defined as organized, large-scale violence motivated or justified by a nationalist doctrine”. (SNYDER, 2000: 23).

Havia a crença de que, a partir da expansão democrática e da ampliação do respeito aos direitos humanos, os conflitos não seriam necessários, pois as democracias não guerrearão entre si ou internamente – a guerra, portanto, não mais representava o interesse destes países. Todavia, esta visão foi abruptamente contraposta em vista dos acontecimentos que se sucederam.

Na obra em análise, são citados alguns dos conflitos que ocorreram neste ínterim, como a Guerra do Golfo, a fragmentação da Iugoslávia, o conflito de Kosovo (no âmbito das tensões entre bósnios e sérvios), as guerras civis na Somália e os conflitos étnicos em Ruanda. Assim, ao contrário do que se imaginara, a democratização acabou se apresentando como fator latente para o acirramento de tensões étnicas e o afloramento de sentimentos nacionalistas no campo interno (Idem: 17).

Este nacionalismo popular nasce, geralmente, nos estágios iniciais da transição democrática, quando as elites - afetadas pela democratização - começam a se utilizar de apelos nacionalistas para angariar o apoio da população. O nacionalismo é, então, suscitado a partir da ingerência desta comunidade privilegiada, que busca evitar a perda de seu poder político para os cidadãos. Este é um dos pontos centrais da teoria de Snyder, que se fundamenta sobre o papel deste grupo como impulsionador das ideias de cunho nacionalista entre a população.

Para as elites, o nacionalismo é uma doutrina conveniente pois auxilia a garantia da vigência das regras que as favorecem, “em nome da nação”. Assim, no decurso da transição democrática, este grupo se utiliza de sua influência para interferir no governo, na economia e na mídia, de forma a promover ideias nacionalistas e incitar o debate sobre o tema. Os conflitos surgem, então, como produto dos esforços das elites que persuadem as pessoas a aceitarem as ideias divisionistas (SNYDER, 2000: 32-33).

Conforme sua teoria, existem duas condições principais que estruturam a decisão das elites de promover ou não o nacionalismo. Por motivação, quando este grupo se sente ameaçado pela emergência da democracia ou há a necessidade de mobilizar o apoio popular em razão da fraqueza das instituições de governo. E por oportunidade, ou seja, determinando o quão fácil será persuadir as massas a seu favor.

Para além, é relevante citar as variáveis centrais que concebem qual tipo de nacionalismo emergirá da transição democrática, quais sejam: nível do desenvolvimento

socioeconômico da nação; adaptabilidade dos interesses das elites à democracia; e força das instituições do Estado. No primeiro caso, cumpre destacar que os países com melhores condições econômicas e sociais tendem a fazer uma transição mais rápida, ao passo que o nacionalismo costuma se instalar em transições mais lentas. No segundo, a questão principal é se as elites continuarão a ter seus interesses atendidos - o grupo se sente ameaçado pela possibilidade de perder seu *status*, poder e posses. Por fim, o último caso aponta que o nacionalismo como meio de mobilizar a população para agir coletivamente é interessante quando as instituições estatais são fracas.

Com isto, Snyder desenha 4 (quatro) tipos principais de nacionalismo que emergem neste cenário: o nacionalismo cívico (instituições fortes e interesses adaptáveis); o nacionalismo revolucionário (instituições fracas e interesses adaptáveis); o nacionalismo contrarrevolucionário (instituições fortes e inadaptabilidade dos interesses); e o nacionalismo étnico (instituições fracas e inadaptabilidade dos interesses).

É cabível encaixar, de forma aproximada, a tipologia do nacionalismo contrarrevolucionário no caso da Catalunha, tendo em vista a factível consolidação das instituições Espanholas e catalãs e a inadaptabilidade de parte da elite e da população desta comunidade autônoma. Em síntese, vale apontar o nacionalismo catalão contemporâneo como parcialmente influenciado pela luta de poder das elites, no âmbito de circunstâncias como a insegurança deste grupo, a percepção de privação econômica dos catalães em relação aos espanhóis e a influência das elites sobre a mídia, o governo e outras instituições.

Embora a Espanha tenha passado por uma transição democrática relativamente rápida e em um período anterior ao de análise central de Snyder, é fato que o fim da ditadura franquista - com o conseqüente alargamento dos direitos dos grupos étnicos presentes no Estado -, permitiu uma reativação aberta do nacionalismo catalão. No mesmo sentido, novas forças políticas e sociais tiveram de se reorganizar em um novo cenário, como será analisado no próximo capítulo.

3 CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DA ESPANHA E CATALUNHA E O REFERENDO DE 2017

3.1 Características do sistema político da Espanha

O sistema político da Espanha se baseia sobre o multipartidarismo – isto é, a coexistência e a concorrência de múltiplos partidos no jogo eleitoral -, tanto a nível nacional, quanto no campo autonômico (no âmbito das comunidades autônomas) e regional. Importante salientar que os partidos de teor autônomo (como as siglas catalãs e bascas) costumam influenciar diretamente as legendas nacionais, interferindo, inclusive, sobre as maiorias parlamentares no legislativo federal. Felipe Romão (2015) afirma, ainda, que o sistema eleitoral espanhol beneficia os partidos nacionalistas regionais, os quais passam a ocupar posições de relevância no parlamento nacional.

No que tange ao sistema eleitoral e suas características, Melo (2019) aponta a tendência ao bipartidarismo congressual que, atualmente, tem sido paulatinamente substituída em vista do surgimento de novas forças partidárias. Até as eleições de 2015, os partidos dominantes na estrutura política espanhola eram o Partido Socialista Obrero Español (PSOE), de centro-esquerda, que teve origem em oposição ao regime de Franco, e o Partido Popular da Espanha (PP), de centro-direita, criado a partir da aliança de membros do governo franquista. Este cenário, todavia, se demonstra em mudanças em razão da convulsão política que o país vivencia.

Em 2008, com a crise econômica mundial e o País sob liderança do então presidente José Luis Rodríguez Zapatero (2004-2011), o tradicional PSOE foi fortemente afetado e perdeu força política no legislativo nacional. Neste contexto, o político Mariano Rajoy (PP), filiado ao partido de oposição, garantiu sua chegada à Presidência, ficando à frente do governo da Espanha entre 2011 e 2018, com sua governabilidade garantida pela maioria eleita no parlamento espanhol. Durante sua gestão, foi responsável por lidar com a recessão econômica e, ao mesmo tempo, com a crise de soberania da região catalã, que resultou a realização do referendo de 2017.

O ano eleitoral de 2011 é, também, um marco para o início da mudança política no país – emerge o Movimento 15M (Indignados), preenchendo as ruas espanholas com manifestações e protestos contra o sistema político tradicional que não mais representava os cidadãos. Com uma plataforma civil e digital de *Democracia Real Já!*, o movimento deu cabo ao surgimento

de uma onda de novas mobilizações políticas, com a adesão de milhares de cidadãos a diferentes organizações civis e sociais (MARCET, 2019: 6-8).

O que se sobrepõe nesta conjuntura é a ascensão de dois novos partidos, que passam a alterar a configuração política espanhola - surge, em 2014, o Podemos, partido político fundado pelo professor universitário Pablo Iglesias, e toma força o Ciudadanos, fundado em 2006. O Podemos se situa à esquerda do espectro político, mas rejeita as políticas tradicionalmente encabeçadas pelo PSOE – nos últimos anos, obteve grande repercussão midiática e nas redes sociais, angariando a adesão dos cidadãos às suas ideias antissistêmicas. Nas eleições legislativas de 2015, a legenda conquistou 69 cadeiras do parlamento espanhol (20,68% do total), tornando-se a terceira maior força política nacional.

O pleito supracitado também foi marcado por relativa força política adquirida pelo partido Ciudadanos, situado à direita do espectro político e formado para defender a língua catalã e se posicionar contra a independência da região, rejeitando todas as formas de nacionalismos regionais. No referido ano de 2015, garantiram 40 deputados eleitos (11,4% do total)³.

À luz do que precede, resta claro que a configuração partidária da Espanha está em vias de modificação – o bipartidarismo vivenciado desde a redemocratização perde força, sobretudo devido às crises econômicas e sociais recentes, enquanto novas legendas assumem papel de relevância diante da nova conjuntura enfrentada pelo país. Desta forma, atualmente, são cinco as principais legendas no contexto nacional espanhol: Partido Socialista Obrero Español (PSOE), Partido Popular (PP), Ciudadanos (CS), Podemos e Vox⁴.

3.2 Configuração político-partidária da Comunidade Autônoma da Catalunha

Segundo o *Estatut d'Autonomia de Catalunya*, a região, como nacionalidade, exerce seu autogoverno em formato de comunidade autônoma, organizado por meio da Generalitat (sistema institucional). A Generalitat é composta pela Presidência, o Governo, o Parlamento e as demais instituições da administração pública. O presidente da Generalitat - eleito pelo

³ Gobierno de España. Ministerio del Interior. Consulta de Resultados Electorales. Disponível em: <<http://www.infoelectoral.mir.es/infoelectoral/min/busquedaAvanzadaAction.html?codTipoEleccion=2&vuelta=1&isHome=1&codPeriodo=201512>>. Acesso em 04/02/2021.

⁴ O VOX é um partido de extrema-direita fundado em 2014 por membros do Partido Popular da Espanha (PP). É considerado populista, anti-imigrante e anti-islã. Defendem a centralização do Estado espanhol e a proposta de “tornar a Espanha grande de novo”. BBC, 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46424959>>. Acesso em 03/02/2021.

Parlamento entre os seus membros - possui a mais alta representação da comunidade, sendo responsável por dirigir a ação do governo e representar o Estado na Catalunha. O Governo, composto pelo(a) Presidente(a) da Generalitat, o(a) Primeiro(a) Conselheiro(a) e os Conselheiros, é o órgão superior colegiado que dirige a ação política e a administração da Generalitat.

O Parlamento catalão é responsável pelo exercício do poder legislativo, sendo incumbido de legislar sobre matérias exclusivas e sobre as compartilhadas das quais tem competência, além de promover e controlar a ação política e governamental. Os deputados que compõem a Casa são eleitos por sufrágio universal, livre, igual, direto e secreto.

No que tange ao sistema eleitoral, os candidatos concorrem em eleições por meio de listas eleitorais, estruturadas e organizadas em torno de um partido político ou de uma coligação. O Estatuto determina que o sistema é proporcional, ou seja, as cadeiras são distribuídas na proporção dos votos que cada lista eleitoral obtém. O Parlamento da Catalunha é atualmente composto por 135 deputados⁵⁵: 85 eleitos no círculo eleitoral de Barcelona, 17 em Girona, 15 em Lleida e 18 em Tarragona. Sua composição deve ser renovada a cada 4 (quatro) anos, salvo casos excepcionais.

Os partidos que concorrem no legislativo das comunidades autônomas e regiões da Espanha são considerados de âmbito autonômico ou regional. Na Catalunha, dois eram os principais, desde a queda do regime franquista: a federação *Convergència i Unió* (CiU) e o *Partit dels Socialistes de Catalunya* (PSC), que se associa ao PSOE (nacional). Um movimento similar ao processo de fragmentação política nacional tem acontecido na região: estes partidos tradicionais têm perdido força progressivamente, ao passo que novas legendas partidárias assumem papéis de relevância no cenário político.

O Parlamento, constituído em 1980, se encontra, atualmente, em sua XII legislatura. Ao longo de mais de 4 (quatro) décadas, a sigla *Convergència i Unió* (CiU) conseguiu a maioria das cadeiras em todas as eleições, sendo parte do grupo governista ao longo deste tempo – com exceção apenas do período de 2003 a 2010, quando a coalização *Ciutadans pel Canvi* (PSC-CpC) e o partido *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERQ) garantiram o maior número de cadeiras, tornando a CiU oposição pela primeira vez na história.

⁵⁵A composição do Parlamento pode variar entre 100 e 150 deputados, conforme declara o Estatut D'Autonomia de Catalunya (Art. 56). No entanto, desde a sua criação, a composição sempre se manteve em 135 parlamentares.

A CiU, criada em 1978 a partir da redemocratização espanhola, foi uma federação de dois partidos políticos nacionalistas catalães: Convergència Democràtica de Catalunya (CDC), de centro-direita, e a Unió Democràtica de Catalunya (UDC), de ideologia democrata-cristã. A federação se dissolveu em junho de 2015 em razão da diferença de posicionamentos acerca da independência da região. Até este ano, sua presença foi dominante no parlamento, juntamente com os socialistas do PSC, que se coligaram a outros partidos.

O PSC é originado da unificação de três partidos e rejeita a definição de “nacionalismo catalão” em seu discurso. Acredita em um catalanismo progressivo e no federalismo como forma de descentralização, rejeitando a ideia de inimizade com os espanhóis. Objetiva a promoção de uma nação catalã (entendida como a fusão entre culturas), a consolidação da democracia espanhola e o crescimento econômico de todas as regiões (MONTESERRAT, 2004: 105-106).

Assim, a CiU representa um nacionalismo mais tradicional com viés independentista, enquanto o PSC advoga o catalanismo de teor mais tênue. A tabela abaixo demonstra a força destes dois partidos os quais, juntos, sempre conquistaram mais da metade dos assentos do legislativo regional:

Tabela 1 – Quantidade de deputados eleitos pela CiU e o PSC (1980 a 2015)

Legislatura	CiU	PSC⁶	Total de cadeiras	% cadeiras do Parlamento
1ª (1980 - 1984)	43	33	76	56%
2ª (1984 - 1988)	72	41	113	84%
3ª (1988 - 1992)	69	42	111	82%
4ª (1992 - 1995)	70	40	110	81%
5ª (1995-1999)	60	34	94	70%
6ª (1999-2003)	56	50	106	79%
7ª (2003-2006)	46	42	88	65%
8ª (2006-2010)	48	37	85	63%
9ª (2010-2012)	62	28	90	67%
10ª (2012-2015)	50	20	70	52%

Fonte: Parlament de Catalunya: Composició de legislatures anteriors⁷. Elaboração própria.

⁶ Da 1ª à 5ª legislatura (1980-1999), o PSC se coligou com o Partido Socialista Obrero Español (PSOE). Entre 1999 e 2010, o PSC fez parte da coligação Ciutadans pel Canvi (CpC). Por fim, de 2010 a 2017, já com perda de força política relevante, a sigla foi eleita sob a alcunha do grupo parlamentar “Socialistas”.

⁷ Disponível em: <<https://www.parlament.cat/web/composicio/legislatures-anteriors/index.html>>. Acesso em 03/02/2021.

Com a dissolução da CiU, uma nova coligação foi formada: o Junts Pel Sí (JxSí). Esta coligação agregou a Convergència Democràtica de Catalunya – CDC (antes pertencente à CiU) e a Esquerra Republicana de Catalunya (ERC)⁸, sendo constituída com o objetivo de concentrar forças e garantir a independência da região, além de concorrer nas eleições com maior peso político. Embora tenha atingido seu objetivo de conquistar a maioria das cadeiras nas eleições regionais de 2015, a coligação foi dissolvida logo após o fracasso da tentativa separatista de 2017.

Este é um importante ponto para se compreender a configuração partidária que antecede o recente referendo pela independência. Com o resultado do pleito regional de 2015, nota-se um acirramento das tensões: a coligação independentista Junts Pel Sí conseguiu o maior número de cadeiras – no entanto, o partido Ciudadanos (Ciutadans), que se posiciona de forma expressamente contrária ao nacionalismo regional catalão, adquiriu relevante presença no âmbito regional, tornando-se a segunda maior legenda em quantidade de deputados eleitos.

Para além, surgiu a coligação Catalunya sí que es Pot, composta pelo partido nacional Podemos, a Iniciativa per Catalunya Verds (ICV) e a Esquerra Unida i Alternativa (EuiA), que visava representar a minoria social silenciada pelo debate independentista da região. Se qualificaram como promotores da regeneração democrática, em meio aos “extremismos” de partidos pró-independência (como o PP) e os antinacionalistas (como o Ciudadanos)⁹.

⁸ A ERC se define como de uma organização política de esquerda que possui como objetivo a independência da Catalunha através de meios pacíficos e democráticos. Se atingissem a independência, creem na necessidade de participarem da União Europeia como Estado-membro. Foi o partido hegemônico da Catalunha na Segunda República, no entanto, teve cerca de 70.000 de seus ativistas mortos durante a Guerra Civil Espanhola - assim, a sigla somente voltou a ganhar força em 1977, no período de transição democrática. O programa da organização se tornou mais radical após 1992, ao incorporar membros ativistas de movimentos catalães secessionistas. De acordo com este partido, os problemas da Catalunha se dão pela submissão da região à Espanha. (MONTSERRAT, 2004: 85-88).

⁹Catalan News, 2015. Disponível em: <<https://www.catalannews.com/politics/item/party-review-catalunya-si-que-es-pot-catalonia-yes-we-can-a-new-alternative-left-wing-coalition>>. Acesso em 03/02/2021.

Tabela 2 – Deputados eleitos por coligação (11ª Legislatura: 2015-2017)

Partido	Deputados eleitos
Junts Pel Sí	62
Ciutadans	25
Socialista	16
Catalunya sí que es Pot	11
Partit Popular	11
Candidatura d'Unitat Popular - Crida Constituent	10
Total	135

Fonte: Parlament de Catalunya: Composició de legislatures anteriors¹⁰. Elaboração própria.

Ante o exposto, pode-se visualizar, na conjuntura catalã, a diminuição do anseio em se fazer acordos com os partidos de esquerda e direita, substituída pela necessidade em reafirmar a independência regional. A nova postura assumida na política exerceu, também, reflexos claros para o sistema partidário espanhol, que teve de se posicionar ante às proclamações de soberania partidárias da Catalunha (BBC, 2019)¹¹. Neste sentido, é factível que as eleições regionais de 2015 demonstram importante ponto de entendimento para o processo de independência, acentuado dois anos após. O próprio ambiente eleitoral já demonstrava uma onda nacionalista em efervescência, com coligações se formando para a defesa de pautas relacionadas ao futuro na região catalã.

3.1 O referendo de 2017: antecedentes, processo e consequências.

Para a compreensão do Referendo de 2017, é preciso realizar uma recapitulação histórica da situação política e econômica da Espanha e da Catalunha após a crise de 2008. Como mencionado no primeiro capítulo, episódios importantes marcam este período de tentativa de abertura a um processo de separação, que obteve rejeições sucessivas da Espanha.

À priori, é importante pontuar, novamente, a aprovação de um novo Estatuto de Autonomia da Catalunha pelo parlamento regional, em 2005, o qual determinava que a “Catalunha é uma nação”. No ano de 2010, o Tribunal Constitucional da Espanha (TC), por meio da Sentença nº 31, reformou a norma, tornando insubsistente a referida sinalização da região como uma nação, além de ter declarado inconstitucional 14 artigos e ter reescrito outros

¹⁰ Disponível em: <<https://www.parlament.cat/web/composicio/legislatures-anteriors/index.html>>. Acesso em 03/02/2021.

¹¹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50346753>>. Acesso em: 16/11/2020.

27 (CARVALHO, L. 2016: 41). A discussão em torno desta norma pode ser considerada como um pontapé inicial para o aumento das tensões nacionalistas, exacerbadas pelo contexto de recessão econômica europeia, que gerou manifestações nas ruas de Barcelona e tornou-se “objeto de ações políticas das elites” (CAPPELATTI, 2018: 88).

Para além, ressalta-se, nesse cenário, a ‘Declaração de Soberania e do Direito de Decidir do Povo da Catalunha’, determinando a população catalã como “sujeito político e jurídico soberano” aprovada pelo Parlamento catalão em 23 de janeiro de 2013, declarada inconstitucional e nula pelo TC em 2014¹²; e a aprovação da Lei sobre Consultas e Participação no legislativo catalão em 2014, visando estabelecer uma consulta sobre a independência, também declara inconstitucional pelo judiciário espanhol.

No decurso destes acontecimentos, Artur Mas (1956-), político e economista espanhol, foi o Presidente da *Generalitat* catalã (2010-2016), eleito pela Convergència i Unió (CiU) - coalizão que foi a maioria no legislativo, garantindo a sua governabilidade¹³. No ano de 2010, seu discurso de posse tratou sobre a necessidade de uma transição da região para o direito de decidir, com o Pacto Fiscal como primeiro objetivo. Na ocasião, reiterou a necessidade de o povo catalão determinar o seu próprio futuro (Idem: 87-90).

Neste ínterim, o confronto político e institucional entre a Catalunha e a Espanha ia se intensificando – o sucesso dos protestos do Dia Nacional da Catalunha em 2012, resultaram na antecipação das eleições regionais desta comunidade autônoma, após a frustrada tentativa de negociação de um pacto fiscal entre Mas e Rajoy. Posteriormente, o parlamento votou pela realização de uma consulta à população antes do fim do mandato do Presidente eleito. Com isto, no âmbito da chamada Transição Nacional, Mas realizou, em 2014, o referendo sobre a independência da região – mesmo com a suspensão pela justiça –, que contou com a participação de mais de 2,3 milhões de cidadãos. Em março de 2017, o TC o condenou a dois anos de inelegibilidade pelo ato¹⁴.

¹² El País, 2014. A declaração soberanista do Parlamento catalão é inconstitucional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/25/internacional/1395781062_413720.html. Acesso em 03/02/2021.

¹³ Importante ressaltar que a CiU não estava no governo desde

¹⁴ Rádio e Televisão de Portugal (RTP), 2017. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/artur-mas-condenado-a-dois-anos-de-inelegibilidade-por-referendo-a-independencia-da-catalunha_n988511. Acesso em 03/02/2021.

O presidente da Espanha à época, Mariano Rajoy (PP), oscilava entre a indiferença e o confronto direto às investidas catalãs para garantia de maior autonomia. Ao mesmo tempo, as contínuas recusas do governo central deram ainda mais força aos partidos separatistas, que viam as ações do Estado como ofensas contínuas ao autogoverno, à cultura e a história da Catalunha, reforçando a convicção sobre a necessidade de decidirem seu futuro por si mesmos (MARCET, 2019: 12).

Após 6 anos da presença de Mas no poder, o crescimento das forças políticas nacionalistas se tornara um fato. As tensões entre o governo central e a região catalã se expandiam e, ao mesmo tempo, os líderes políticos encabeçavam o discurso pró-independência em vista do agravamento das questões econômicas e fiscais, bem como das dificuldades em se estabelecer uma linha de conversa efetiva sobre o futuro da região junto ao Estado espanhol (Idem: 11).

Conforme visto anteriormente, as eleições para o parlamento catalão em 2015 demonstram um explícito confronto entre os posicionamentos pró e anti independência. A vitória do Junts Pel Sí como coligação com o maior número de cadeiras (62) não garantiu a formação de governo – assim, com vistas a formar maioria, foram feitas negociações o partido Candidatura d'Unitat Popular (CUP), que concorreu pela coligação Crida Constituent e garantiu 10 assentos.

Isto feito, os deputados desta aliança apresentaram, dias após a posse, uma proposta de resolução para iniciar o processo de tornar a Catalunha um Estado independente em forma de República e dar início ao procedimento de desligamento institucional da região em relação à Espanha. A Resolução 1/XI foi aprovada pelo JxSí e pela CUP e rejeitada pelos demais partidos (Idem: 18).

O Presidente da Generalitat é eleito pelo Parlamento, entre os seus membros. Nesse sentido, como havia insatisfação da maior parte dos deputados para uma possível permanência de Artur Mas no poder, foi feito um acordo entre o JxSí e a CUP para que Mas retirasse sua

candidatura e apoiasse a de Carles Puigdemont¹⁵, que foi, enfim, declarado Presidente em 10 de janeiro de 2016¹⁶.

Em seu discurso de posse, como um autodeclarado nacionalista, Puigdemont apresentou o programa de governo, cujo objetivo principal era dar início ao estabelecimento de um estado independente catalão. Na ocasião, foram apresentados os passos para conquistar o feito: (i) concluir o processo com a participação cidadã; (ii) desenhar as estruturas do Estado; (iii) tramitar o projeto de lei da Constituição; (iv) tramitar a lei de transitoriedade jurídica; e (v) internacionalizar o projeto da Catalunha independente (CAPPELATTI, 2008: 104).

É visível que Puigdemont foi escolhido, dentre outras características, por ser um fiel adepto à causa nacionalista catalã, o qual levaria à frente os projetos dos atores políticos também favoráveis à independência da região. Em um momento de embate crescente de posicionamentos sobre o futuro desta população e de acirramento das agendas e propostas partidárias sobre o rompimento com o governo central, se fez necessária a indicação de um Presidente que tomasse o processo independentista ao nível máximo – por meio de uma investida concreta e prática contra a submissão à Espanha.

Cappelatti (2018) atenta para o fato de que embora tenha encarado a sua posse como uma certeza da concretização do projeto de independência, Puigdemont não anulou a necessidade de diálogo com a população, a Espanha, a União Europeia e a comunidade internacional – isto porque era evidente a imprescindibilidade de se angariar a legitimação do processo e da conseguinte criação do Estado catalão, não obstante fosse utópica uma anuência destes atores.

Em outubro de 2016, o Parlamento da Catalunha votou a favor da realização de um referendo de independência a ser concretizado até o mês de setembro de 2017. O legislativo, dominado por parlamentares independentistas, apoiou com uma maioria de 72 votos (do total de 135) a proposta do presidente catalão, Carles Puigdemont, de realizar esta consulta com ou sem a autorização do governo espanhol.

¹⁵La Vanguardia, 2016. Disponível em:<<https://www.lavanguardia.com/politica/20160109/301292532608/acuerdo-junts-pel-si-cup.html>>. Acesso em 03/02/2021.

¹⁶ Puigdemont (1962-) é um político e jornalista espanhol, ativista pelo independentismo catalão desde 1980. Iniciou sua trajetória política como membro da Convergència i Unió (CiU), tendo sido eleito deputado por Girona em 2006.

Já em março do ano seguinte, o Tribunal Superior de Justiça da Catalunha (TSJC) condenou o ex-presidente da Generalitat, Artur Mas, a dois anos de inelegibilidade por ele ter realizado o referendo de 2014 mesmo com a negativa do Tribunal Constitucional Espanhol¹⁷. Neste mesmo mês, milhares de pessoas marcharam pelo centro de Barcelona em protesto contra o plano independentista da Catalunha, sob o lema ‘*Aturem el cop separatista*’ (Paremos o golpe separatista). A manifestação contou com a presença de políticos do Partido Popular (PP), do Ciudadanos e do Partido Socialista da Catalunha (PSC), entre outros.

Duas semanas antes, o Junts pel Sí havia determinado a ativação da lei de transitoriedade jurídica, que possibilitava a secessão sem que houvesse debate. A norma funcionaria como uma espécie de Constituição provisória, pelo prazo de dois meses, tempo para a formação de uma República na região. Este mecanismo teve como objetivo ameaçar o governo central, pois caso a Espanha rejeitasse o Referendo, a Lei seria colocada em prática. A maioria independentista do Parlamento havia, ainda, determinado a permissão para uma possível aprovação do texto em caráter de urgência - devendo a matéria ser apreciada em 48 horas e tornando mínimas as chances de reação da oposição. Vê-se, portanto, que as tensões políticas se avolumavam no que tange ao debate sobre a independência.

No dia 09 de junho de 2017, o presidente do governo catalão, Carles Puigdemont, anunciou sua intenção de convocar o referendo sobre a independência da região, mesmo sem ainda possuir o consentimento do governo nacional. A partir de então, o Parlamento trabalhou com intensidade para promover os meios de execução da empreitada separatista. Em 6 de setembro, a maioria pró-independência aprovou a Lei do Referendo para a autodeterminação com 72 votos, com o fito de apoiar juridicamente o referendo de 1º de outubro. Na mesma data, o governo catalão editou um decreto confirmando a realização da consulta (MARCET, 2018).

As referidas leis foram contestadas imediatamente pelo governo central, frente ao Tribunal Constitucional, que suspendeu a validade das normas, tornando, por consequência, o referendo ilegal. É necessário pontuar que os conteúdos das normas violavam a Constituição, que determina a indissolúvel unidade da Nação espanhola, em seu Artigo 2º:

Constitución Española (1978)

Artículo 2º - *La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las*

¹⁷ El País, 2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/13/internacional/1489398015_945194.html. Acesso em: 04/02/2021.

nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas.

Com a situação exposta, o governo espanhol iniciou tentativas sucessivas de contornar a realização do referendo, como por meio da Operação Anubis, responsável por investigar e prender líderes políticos do Parlamento, funcionários do alto escalão da Generalitat e empresários envolvidos.

Apesar da resistência da Espanha, no dia 1º de outubro foi realizado o *Referendum d'Autodeterminació* de Catalunya, em que os cidadãos deveriam responder ‘Sim’ ou ‘Não’ à seguinte pergunta: "Quer que a Catalunha seja um estado independente em forma de república?". Cerca de 42% do eleitorado participou e os votos favoráveis foram contabilizados em 90,09% (2.020.144), enquanto os contrários alcançaram a marca de 7,87% (176.565), os votos em branco foram 2,03% (45.586) e os nulos 0,89% (20.129), somando, ao todo, 2.262.424 votos, de acordo com a Generalitat catalã¹⁸. Os resultados, sem quaisquer bases legais, não foram reconhecidos por nenhum ator político internacional.

O dia do referendo foi marcado pelo uso de um forte esquema de repressão policial espanhola contra manifestantes e eleitores que se dirigiam aos locais de votação. Dez dias após a consulta, o Presidente Puigdemont anunciou em sessão plenária do legislativo regional que converteria a Catalunha em uma república independente. As reações foram diversas: grandes empresas retirando suas sedes e capitais da região catalã, eclosão de manifestações contra e a favor da permanência na Espanha e tensões nos corredores da administração pública nacional, que buscava meios de interromper o processo em andamento (MARCET, 2019: 25).

No dia 27 de outubro, a Declaração Unilateral de Independência foi aprovada no Parlamento catalão, com 70 votos a favor, apresentando efeitos políticos evidentes. A Corte suspendeu a decisão 4 (dias) após emanada. Com isto, o Senado espanhol aprovou com ampla maioria a aplicação do Artigo 155 da Constituição, o qual permite que o governo execute medidas em casos excepcionais para reestabelecer a ordem constitucional e prevenir danos aos interesses nacionais:

Constitución Española (1978)

Artículo 155 - 1. Si una Comunidad Autónoma no cumple las obligaciones que la Constitución u otras leyes le impongan, o actuare de forma que atente gravemente al interés general de España, el

¹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/presidente-catalao-diz-que-catalunha-ganhou-direito-de-ser-um-estado-premie-espanhol-afirma-que-nao-houve-referendo.ghtml>>. Acesso em 04/02/2021.

Gobierno, previo requerimiento al Presidente de la Comunidad Autónoma y, en el caso de no ser atendido, con la aprobación por mayoría absoluta del Senado, podrá adoptar las medidas necesarias para obligar a aquélla al cumplimiento forzoso de dichas obligaciones o para la protección del mencionado interés general.
2. Para la ejecución de las medidas previstas en el apartado anterior, el Gobierno podrá dar instrucciones a todas las autoridades de las Comunidades Autónomas.

A partir disto, o governo da Espanha determinou o fim da gestão da Generalitat e adotou ações para a administração catalã, interferindo, portanto, sobre as suas instituições autônomas. Deste modo, Puigdemont foi automaticamente retirado de seu cargo e novas eleições para o Parlamento regional foram convocadas para 21 de dezembro. Os líderes políticos pró-independência persistiram para tentar barrar a aplicação do supracitado artigo, ao passo que demandavam a soltura dos presos políticos.

Assim, iniciou-se o processo para novas eleições ao parlamento regional. Do lado pró-independência, a coalizão Junts Per Catalunya, composta pelos aliados de Puigdemont, defendia o reconhecimento do político como presidente da Catalunha. A CUP apresentava posicionamento extremado, exigindo o reconhecimento da autonomia da região. A ERC tinha como objetivo o fim da aplicação do Artigo 155, liberdade aos presos e a constituição de um novo governo (Idem: 27-28).

Já quanto às legendas contra as propostas separatistas, o PSC – em candidatura com o Units per Avançar -, bem como a Catalunya en Comú-Podem (formada pelos partidos Podemos, ICV, EUiA and Barcelona em Comú) advogavam a necessidade de diálogo. O Partit Popular buscava lutar para recuperar a normalidade institucional e legal da Catalunha. Por fim, é interessante notar que o Ciutadans, de posicionamento antinacionalista, foi a legenda que angariou o maior número de assentos - 36 no total.

O resultado das eleições regionais de 2017 (feitas após a investida separatista), demonstra a formação de maioria para as legendas pró-independência, as quais conquistaram 70 assentos na Casa. Por outro lado, as coalizões de posicionamento contrário ao separatismo somaram 65 parlamentares eleitos.

Tabela 4– Deputados eleitos por coligação (12ª Legislatura: 2018-atual)

Partido	Deputados eleitos
Ciutadans	36
Junts per Catalunya	34
Esquerra Republicana de Catalunya	32
PSC - Units per Avançar	17
Catalunya en Comú Podem	8
Candidatura d'Unitat Popular - Crida Constituent (CUP)	4
Partit Popular de Catalunya	4
Total	135

Fonte: Parlament de Catalunya: Composició de legislatures anteriors¹⁹. Elaboração própria.

Após 5 (cinco) meses da Constituição do Parlamento catalão, o novo Presidente da Generalitat foi eleito: Joaquim Torra i Pla, líder de movimentos separatistas e indicado por Puigdemont. O político foi, no entanto, julgado pelo crime de desobediência pelo Tribunal Constitucional da Espanha e, no momento, o advogado Pere Aragones assume interinamente o cargo.

3.4 Reflexos do Referendo de 2017

Cappelatti (2018) alega que não houve apresentação de bases jurídicas para dar início ao processo independentista. Dessa forma, o nacionalismo adquiriu teor mais voltado ao campo econômico, tendo em vista que estes seriam os principais ganhos da região com a separação. Na prática, também não houve apoio de outros países, organizações internacionais e, inclusive, de grande parte da população catalã. Não obstante tenham reiterado a necessidade da participação popular ao longo do processo, as ações políticas resultantes dos projetos das elites políticas catalãs demonstraram se pautar mais sobre um sentimento de vontade extremada da separação por parte dos partidos, do que de uma intenção comum entre a população de fato.

O político Carles Puigdemont, que presidiu a Generalitat catalã levando o projeto de independência em sua materialização política máxima já registrada, embarcou nesta empreitada de forma abrupta – isto é, foi indicado para a presidência por meio de acordos políticos, em um contexto que a convulsão política independentista já atingia seu ápice após as medidas impulsionadas pela gestão de Artur Mas. Assim sendo, lhe restou aderir à onda separatista

¹⁹ Disponível em: <<https://www.parlament.cat/web/composicio/legislatures-anteriors/index.html>>. Acesso em 03/02/2021.

latente no parlamento regional, encabeçada por partidos tradicionais em novos formatos de coalizões.

O debate jurídico sobre o referendo demonstra que a sua inconstitucionalidade e ilegalidade eram inegáveis. Neste sentido, aparenta-se que havia uma pretensão política que superava a intenção prática do ato realizado – em outras palavras, tendo em vista os óbices para a concretização do objetivo, o produto político do referendo, por si só, valeria a pena. Exemplo disto é que Puigdemont continua a influenciar a política regional catalã, mesmo exilado e sendo considerado fugitivo pelo governo espanhol²⁰.

Ademais, o legislativo catalão eleito após a destituição de Puigdemont do cargo demonstra praticamente a continuidade das mesmas forças políticas – inclusive em quantidade -, as quais apenas se coligaram em formas diferentes para atingirem seus objetivos em comum. A polarização política catalã permanece e ainda reverbera seus efeitos sobre as relações institucionais, bem como sobre a população desta comunidade.

²⁰ Em fevereiro de 2020, cerca de 150 mil pessoas se manifestaram na cidade de Perpignan, no sul da França, a 30km da fronteira com a Espanha, para que Puigdemont pudesse comparecer. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/catalaes-protestam-pela-independencia-ao-lado-de-puigdemont-dw/>>. Acesso em 05/02/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível avaliar a trajetória histórica da população catalã e o processo que levou à construção de seu sentimento identitário. Assim, este grupamento apresenta traços culturais próprios, mesmo pertencendo territorialmente ao Estado da Espanha. O nacionalismo desta região é encarado, certas vezes, como uma espécie de doutrinação passada por gerações; a língua é supervalorizada por sua população; e, ainda, o esporte desempenha papel essencial, em vista da projeção internacional do time FC Barcelona, o qual exerce, indiretamente, influência sobre as questões políticas regionais (MATOS, J.; SANT'ANNA, M., 2018).

Nesta seara, a pretendida autodeterminação deste povo tem aberto o debate sobre a independência nacional, de forma que a desanexação da Espanha se transforma em solução para a reivindicação da identidade catalã. Em síntese, o separatismo implicaria a perda de unidade, revelando a deslegitimação da soberania do Estado central. Este desejo de desintegração, no entanto, é apenas reflexo de dinâmicas históricas duradouras que são renovadas periodicamente por novas propulsões no cenário social, político e econômico.

Aproximando a situação à teoria de Gellner, é possível alegar que a modernidade, com a conseguinte formação do Estado-nação espanhol, atuou como impulsionadora dos nacionalismos periféricos deste país, acentuando as diferenciações regionais ante a um projeto centralizador e homogeneizador. No âmbito da Catalunha, o desenvolvimento da região antes empobrecida gerou uma concentração de poder à níveis econômicos, políticos e figurativos na capital Barcelona, que fora ganhando relevância no contexto espanhol e no campo internacional (FERNANDES, 2018: 105-6).

No mesmo sentido, a tese de Jack Snyder (2000) enuncia, nesta pesquisa, a força que as elites demonstram nos recentes episódios da política regional. O nacionalismo e o independentismo foram, de certo modo, aflorados por grupos isolados de classes médias e altas, pouco abertas a trocas com outras culturas, que fundamentaram seu posicionamento sobre a superioridade da cultura catalã e a recusa ao espanhol.

Agindo por motivação e por oportunidade, as elites catalãs se apoiaram sobre a facilidade de mobilização popular em um contexto de descrença às instituições políticas e descontentamento com o cenário econômico enfrentado. Assim, por meio da liderança de

políticos, executivos e da alta classe, bem como da influência midiática e das redes sociais, movimentos se avolumaram na tentativa de propagar o separatismo.

Como visto, a Espanha e a região catalã expõem, em concomitância, um movimento de fragmentação política e reconfiguração partidária, em que legendas tradicionais são progressivamente substituídas por novas organizações e partidos. A própria narrativa da política regional catalã, após a crise mundial de 2008, tem se pautado quase que exclusivamente sobre a independência. Neste sentido, entra no jogo político quem se posiciona sobre o tema, ao passo que a população se polariza em duas opiniões opostas.

Para além, os desafetos entre o governo central e a gestão da comunidade autônoma têm se acumulado desde a chegada de Artur Mas à presidência da Generalitat. Assim, o diálogo entre estes atores não progride, contribuindo ainda mais para o afastamento entre seus líderes e gestores. Somado a isto, as contínuas recusas às investidas separatistas na última década demonstram que as Cortes jurídicas têm sido o meio recorrente de comunicação dos interesses entre a Espanha e a Catalunha.

No caso de uma desanexação, várias seriam as consequências para os catalães, como o desligamento automático da União Europeia (UE) - embora os líderes separatistas busquem o apoio desta organização para legitimar a desanexação, a maioria dos países da Zona do Euro são contrários à independência; a retaliação do governo espanhol por meio de barreiras comerciais e impedimentos à livre circulação de pessoas; o alto dispêndio financeiro necessário para a validação do novo Estado em formato de República; a possibilidade de saída de inúmeras companhias e empresas da região para outros locais da Espanha e da Europa; dentre outras (MATOS, J.; SANT'ANNA, M., 2018). É explícito, portanto, que um projeto deste porte não é feito meramente pela vontade política de grupos políticos e econômicos apoiados por uma parcela da população catalã.

O cenário atual demonstra a existência de líderes políticos exilados após a realização do Referendo de 2017 (tais como Carles Puigdemont), a tramitação de processos sobre o acontecido no Tribunal Constitucional Espanhol e a manifestação de cidadãos que continuam a explicitar, organizada e publicamente, suas opiniões sobre a independência da região. Em um horizonte próximo, o impasse não parece facilmente resolvido. A polarização social e política persiste e as legendas pró-independência permanecem na gestão da Generalitat catalã. Conforme a organização da política nacional tem se modificado, as singularidades regionais

mostram também alterações – em um processo de influência e reverberação mútua. Desta forma, embora pretenda-se um acordo entre o governo central e a comunidade autônoma, esta conclusão não parece próxima.

REFERÊNCIAS:

ADAMEC, Martin. A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido. Tese de Doutorado em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, 2014.

ALBALADEJO, P. Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna. Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna. Alicante, 1996.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAPPELATTI, Mariana. Da autonomia à independência: A Catalunha e o impacto das novas demandas nacionalistas na política do CDC. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUCRS, 2018.

CARVALHO, Beatriz. Nacionalismo na atualidade: o caso da Catalunha. Fronteira, Belo Horizonte, v.7, n.14, p.25-45, 2008.

CARVALHO, Luís. O recrudescimento do nacionalismo catalão: estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. Brasília, FUNAG, 2015.

ESPAÑA, 1978. Constitución Española de 29/12/1978. Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes y memoria democrática.

FERNANDES, J. As dinâmicas territoriais e as identidades geográficas no nacionalismo catalão, segundo Eduardo Mendoza (2018). Cadernos de Geografia nº 38, pp. 105-107, Coimbra, 2018.

FURTADO, J. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. Topoi, v. 12, nº 23, 2011.

GENERALITAT, C. L’economia catalana: La força d’una nació innovadora y abierta al mon. Presentació, 11/2020. Disponível em:

<http://economia.gencat.cat/web/.content/70_economia_catalana/arxius/presentacio-economia-catalana/Presentacio-economia-catalana.pdf>. Acesso em: 26/11/2020.

GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos: O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Catalan Nationalism: Francoism, transition, and democracy. Taylor & Francis e-Library, 2004.

HOBSBAWN, Eric. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ICEX. Ficha país: España. Ices- España exportaciones e inversiones. Madrid, 2016.

MARCET, Joan. Eight Years of pro-independence effort in Catalonia: elections, actors, and the political process. Institut de Ciències Polítiques i Socials, Universitat Autònoma de Barcelona, 2019.

MARDERGÁIN, Alejandra. Análisis de la situación político-social en la Comunidad Autónoma de Catalunya, a partir del Referéndum de Autodeterminación de 2017. Caminemos juntos, Año 5, Número 11 (pp. 149-164), 2020.

MARQUES, Francisco. O Problema da Participação Política no Modelo Deliberativo de Democracia. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, 2007.

MATOS, Jeórgelis; SANT'ANNA, Marília. O Separatismo Catalão e a Situação Político-Social na Espanha. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano 4, n° 03, 2018.

MENDONZA, Eduardo. Qué está passando em Catalunya. Seix Barra, 2018.

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. BIB – Revista Brasileira de informação Bibliográfica e Ciências Sociais. São Paulo, n. 56, 2003.

NAVARRO, J.; CORREDOR, N. Debate sobre a Independência da Catalunha: Do pacto constitucional ao caminho unilateral. Desenvolvendo Ideias, Llorente e Cuenca, Madri, outubro de 2017.

ROMÃO, Felipe. Podemos e Ciudadanos: o fim do bipartidarismo em Espanha? *Relações Internacionais*, n° 45, Lisboa, 2015.

SNYDER, Jack Lewis. *From voting to violence: Democratization and nationalist conflict*. New York: Norton, 2000.

SOLER, Toni. *Història de Catalunya (Modestia à part)*. Columna Edicions, S.A., 1998.